

Diário do Legislativo de 01/05/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 30ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 8ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Hospital Vera Cruz pelos 60 Anos de sua Fundação

1.3 - 23ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 67ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.5 - 68ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.6 - 69ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.7 - 70ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.8 - 71ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.9 - 46ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.10 - 47ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.11 - 48ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.12 - 49ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.13 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembleia

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana, Hely Tarquínio e Delvito Alves

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 357/2009 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.269/2009), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.270 a 3.283/2009 - Requerimentos nºs 3.660 a 3.697/2009 - Requerimentos da Comissão de Participação Popular, do Deputado Arlen Santiago e da Deputada Gláucia Brandão - Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Transporte - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos das Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta e dos Deputados Antônio Júlio e Sargento Rodrigues - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento da Deputada Gláucia Brandão; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do

Projeto de Lei nº 37/2007; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Relatórios: Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda; discurso do Deputado Getúlio Neiva; questão de ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.
- O Deputado Delvito Alves, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 357/2009*

Belo Horizonte, 16 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o projeto de lei anexo, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades do Rotary Club localizadas nos distritos rotários em Minas Gerais.

Criado no início do século passado, o Rotary International investiu-se do objetivo de ser uma entidade voltada para a difusão dos valores da amizade, da paz, do bem-estar e do serviço, regulada por elevados padrões de correção moral e desprendimento.

Hoje, a instituição possui mais de 32 mil clubes e 1,2 milhões de associados em todo o mundo, que sintetizam as suas aspirações de devoção e liberalidade.

A providência consubstanciada no projeto tem por finalidade patentear o inegável reconhecimento de relevante interesse coletivo, de importância social das obras e de utilidade pública daquelas entidades, o que se constata nas suas inúmeras atividades filantrópicas.

Vale ressaltar que a declaração de utilidade pública de cada unidade autônoma se fará posteriormente, por lei específica, respeitado o rito normal da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998.

A acolhida da proposta pela augusta Assembleia Legislativa possibilitará o reconhecimento incontestável dos fundamentos éticos e das importantes obras sociais das entidades em apreço.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.269/2009

Reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades do Rotary International localizadas em Minas Gerais.

Art. 1º - Ficam reconhecidos o relevante interesse coletivo, a importância social de suas obras e a utilidade pública das unidades do Rotary International localizadas em Minas Gerais.

§ 1º - A declaração de utilidade pública de cada Rotary Club, unidade autônoma e dotada de personalidade jurídica própria, se fará por lei específica, na forma da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998.

§ 2º - O reconhecimento de que trata o "caput" é extensivo às associações Casa da Amizade, constituídas em Minas Gerais pelas esposas dos membros integrantes dos Rotary Clubs, dedicadas à assistência dos desvalidos, cujas declarações de utilidade pública seguirão o disposto no § 1º.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.270/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Aposentados e Pensionistas de Poté - APPR -, com sede no Município de Poté.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Aposentados e Pensionistas de Poté - APPR -, com sede no Município de Poté.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Getúlio Neiva

Justificação: A Associação dos Aposentados e Pensionistas de Poté - APPR -, com sede no Município de Poté, tem prestado relevantes serviços a seus associados, cumprindo suas finalidades estatutárias, lutando em defesa da categoria junto aos órgãos governamentais. Declará-la de utilidade pública é torná-la ainda mais operante em benefício dos seus associados.

Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.271/2009

Declara de utilidade pública a Instituição Herman Douglas Gonçalves Peres Costa - Amigos da Vida, com sede no Município de Machado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Instituição Herman Douglas Gonçalves Peres Costa - Amigos da Vida, com sede no Município de Machado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Maria Lúcia Mendonça

Justificação: A Instituição Herman Douglas Gonçalves Peres Costa - Amigos da Vida tem por finalidade assistir, nos diversos aspectos, o paciente oncológico, renal crônico e com doenças infecto-contagiosas; diligenciar para a recuperação e satisfação das necessidades e carência das pessoas enfermas e verdadeiramente pobres; executar projetos sobre prestação de serviços à comunidade, bem como a criação de centros de pesquisas e divulgação de ações preventivas em oncologia, visando à prevenção da moléstia; fomentar e organizar atividades ocupacionais e de lazer, além daquelas pertinentes à saúde; promover o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de estimular e fomentar o ideal de servir; estimular as demais instituições de fins lícitos e destinação social na adoção e na execução de projetos sobre prestação de serviços à comunidade, criação e manutenção de centros de promoção humana, bem-estar social e de benefícios aos carentes de recursos; e, por fim, organizar companhas para arrecadação de fundos para prestação de assistência social, material e educativa junto ao paciente oncológico.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.272/2009

Declara de utilidade pública a entidade Grupo Teatral Inconfidência, com sede no Município de Ritópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Grupo Teatral Inconfidência, com sede no Município de Ritópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Juarez Távora

Justificação: Fundado em 15/1/87, o Grupo Teatral Inconfidência, tem sede no Município de Ritópolis e tem como finalidade promover a integração social de jovens e crianças, promover assistência social beneficente para pessoas carentes, congregando pessoas de ambos os sexos, proporcionar lazer e entretenimento, divulgar a cultura local, através de gincanas e outros eventos, além de estabelecer parceria junto ao poder público e entidades privadas, para desenvolver um processo progressivo de humanização e ações sociais na comunidade através de prestação de serviços.

Sendo assim, espera o signatário merecer dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.273/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Tubalina – AMBT –, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Tubalina – AMBT –, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: Formada pelos moradores, pelos proprietários e pelos comerciantes locais, a Associação dos Moradores do Bairro Tubalina, com sede no Município de Uberlândia, tem como finalidade primordial trabalhar e lutar em defesa dos direitos e dos interesses de seus associados, com vistas a melhorar sua qualidade de vida.

Para a consecução de seus objetivos, a Associação realiza atividades para promover a organização dos moradores na luta por seus interesses e sua participação democrática no âmbito das administrações públicas municipal, estadual e federal; elabora programas que ofereçam à criança, ao adolescente e ao idoso as oportunidades e facilidades decorrentes de seus direitos fundamentais, assegurando-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral e social, em condições de liberdade e dignidade; promove estudos e discussões para implantação de projetos de conservação do meio ambiente, além de debates sobre questões sociais, econômicas e políticas de interesse de seus beneficiários; desenvolve programas educativos, culturais, sociais, recreativos e esportivos.

Diante da importância das atividades desempenhadas pela Associação, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que pretende declará-la de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.274/2009

Declara de utilidade pública a Corporação Musical Maestro Olivier Braga, com sede no Município de Dom Joaquim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Corporação Musical Maestro Olivier Braga, com sede no Município de Dom Joaquim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Wander Borges

Justificação: A Corporação Musical Maestro Olivier Braga é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 7/2/2008, com o escopo de proteger as vocações musicais dos dom-joaquineses por meio da execução de instrumentos de sopro e percussão. A entidade em comento tem as finalidades estatutárias seguintes: criar e manter uma banda de música e uma escola para ensino gratuito da música, estimular os jovens a frequentar aulas de música, formar músicos, promover ensaios para os instrumentistas, prestar entretenimento, realizar apresentações musicais, participar de eventos cívicos, artísticos, culturais, populares e recreativos. A análise das ações executadas pela associação revela que a difusão da música é desenvolvida paralelamente com a melhoria da qualidade de vida da comunidade, uma vez que ministra cursos de música a crianças, adolescentes e adultos da região, bem como promove apresentações gratuitas com a finalidade de incentivar a divulgação das manifestações culturais. As ações de musicalização desenvolvidas pela entidade objetivam despertar e desenvolver o gosto pela música, estimulando e contribuindo com a formação de crianças e adolescentes carentes. É de notar, ainda, que as atividades de propagação da música decorrem da realização de palestras, intercâmbios culturais com entidades congêneres, apresentações gratuitas, participações em procissões, quermesses, festas juninas, carnavais e demais eventos folclóricos. A música é constituída basicamente por uma sucessão de sons e silêncio organizada ao longo do tempo, sendo considerada uma manifestação cultural e humana e, por muitos, uma forma de arte. Ressalte-se que a música não se restringe a mera associação de sons e palavras, ao contrário, configura um diferencial nos processos de aprendizado, pois desperta o indivíduo para um mundo mais prazeroso e satisfatório, que repercute no intelecto e no corpo, facilitando o

aprendizado e a socialização das crianças.

Cumpridos todos os requisitos legais, contamos com o apoio desta Casa para o reconhecimento do nobre trabalho desenvolvido pela entidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.275/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Felizburgo-Felizarte -, com sede no Município de Felizburgo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Felizburgo-Felizarte -, com sede no Município de Felizburgo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Carlos Gomes

Justificação: A Associação dos Artesãos de Felizburgo - Felizarte - é uma entidade civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e de assistência social. Tem por objetivo o desenvolvimento integral dos artesãos do Vale do Jequitinhonha, articulando e promovendo programas de aprendizagem voltados para eles. Sua área de atuação abrange uma das comunidades mais importantes do Vale do Jequitinhonha, que necessita de ações efetivas do poder público para se desenvolver.

Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.276/2009

Declara de utilidade pública a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - Federaminas -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - Federaminas -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Carlos Gomes

Justificação: A Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - Federaminas -, com sede no Município de Belo Horizonte, é uma entidade sem fins lucrativos e tem entre suas atividades precípua a defesa dos interesses das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais, bem como dos microempresários e empresários de pequeno e médio portes a elas filiados.

Sua função principal é promover a articulação entre as associações comerciais e empresariais mantendo laços estreitos com os empresários associados, promovendo sua integração e fortalecendo suas relações, em defesa dos seus interesses.

Fundada em 20/3/54, a Federaminas tem prestado relevantes serviços ao nosso Estado, participando ativamente das discussões que envolvem o desenvolvimento dele e de sua atividade produtiva, construindo políticas que fortaleçam as entidades federadas e também seus associados, promovendo a geração de empregos e melhor distribuição de renda.

A entidade está em pleno funcionamento e no exercício de sua competência, sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a referida Federação desenvolve relevante trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, conto com apoio dos nobres Deputados à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Turismo, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 3.277/2009

Altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6 de junho de 1995, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 3º da Lei nº 11.824, de 6 de junho de 1995, fica acrescido do seguinte inciso IX:

"Art. 3º – (...)

IX – educação alimentar e nutricional."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

André Quintão

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.278/2009

Declara de utilidade pública o Grupo Cultural NUC - G.C. NUC -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grupo Cultural NUC - G.C. NUC, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Gilberto Abramo

Justificação: O Grupo Cultural NUC - G.C. NUC, filantrópico, beneficente e sem fins lucrativos, foi fundado em 28/6/2005. Seu objetivo é a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, bem como de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas anteriormente.

Os membros de sua Diretoria são reconhecidamente pessoas idôneas e não são remunerados pelo exercício de suas funções. Desde a sua fundação, vem cumprindo fielmente suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços à comunidade.

Isto posto, espera com o título de utilidade pública firmar parcerias com órgãos do Estado, para as finalidades propostas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.279/2009

Declara de utilidade pública o Conselho Central de Unai da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Unai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Central de Unai da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Unai.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Deiró Marra

Justificação: O Conselho Central de Unai da Sociedade São Vicente de Paulo, fundado em 20/3/76 e instituído em 21/3/78, com sede no Município de Unai, é uma entidade civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social, sem fins econômicos, que presta serviços assistenciais à população, em especial às famílias carentes.

O Conselho também desenvolve campanhas de caráter beneficente, culturais e promocionais, visando à inclusão e aproximação da família e da juventude na mobilização social.

A entidade está em pleno e regular funcionamento há mais de 30 anos e cumpre as finalidades estatutárias e sociais no que concerne às atividades assistenciais beneficentes e filantrópicas.

Por esse trabalho de grande importância social, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que lhe está sendo outorgado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.280/2009

Declara de utilidade pública a Transplantes pela Vida em Minas Gerais - Transvida - MG, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Transplantes pela Vida em Minas Gerais - Transvida - MG, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Sargento Rodrigues

Justificação: A Transplantes pela Vida em Minas Gerais - Transvida - MG, em pleno e regular exercício desde 11/9/2000, com sede no Município de Belo Horizonte, é uma entidade civil de direito privado, de natureza associativa, sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, integrada por pessoas receptoras de órgãos e tecidos, pré e pós-transplantados, por seus familiares, por profissionais de saúde e por voluntários.

A Transvida - MG tem por finalidades, entre outras, criar condições para a melhoria dos procedimentos que envolvem os transplantes de órgãos e tecidos do corpo humano, promovendo encontro entre pacientes, familiares e profissionais da saúde; proporcionar apoio material, medicamentos e hospedagem para pacientes e acompanhantes que necessitam. A Transvida - MG, com sede na Rua Barra Grande, 436, Bairro Jaraguá, pelo que se infere da leitura dos documentos anexados ao processo, é administrada por diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício dos cargos que ocupam.

Assim, por preencher os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto ora apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.281/2009

Declara de utilidade pública a Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais - CBGC, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais - CBGC -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Sargento Rodrigues

Justificação: A Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais - CBGC -, com pleno e regular exercício desde 27/12/2004, com sede no Município de Belo Horizonte, é um serviço social autônomo, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

A Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais tem por finalidade principal tornar disponíveis aos seus contribuintes e dependentes benefícios e serviços de natureza assistencial e social.

A CBGC, com sede na Rua Guajajaras, 1.268, na sobreloja do Edifício JK, no Barro Preto, pelo que se infere da leitura dos documentos anexados ao processo, é administrada por diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício dos cargos que ocupam.

Assim sendo, por preencher a entidade os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.282/2009

Dá a denominação de Rodovia Juca Antônio ao trecho da LMG-788 que liga os Municípios de Alvarenga e Tarumirim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Juca Antônio o trecho da Rodovia LMG-788 que liga os Municípios de Alvarenga e Tarumirim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Djalma Diniz

Justificação: A indicação do nome do saudoso José Antônio de Paula Primo, popularmente conhecido como Juca Antônio, para denominar o trecho da Rodovia LMG-788 que liga Alvarenga a Tarumirim visa prestar justa homenagem ao homem que chegou ainda criança à região desses Municípios, adotou-a como sendo sua terra natal e sempre promoveu o desenvolvimento dos valores éticos e cristãos em prol dos mais necessitados.

Juca Antônio, falecido em 25/1/73, aos 94 anos, na cidade de Alvarenga, nasceu no Município de São João Nepomuceno. Era filho de Antônio José de Paula e Francisca Gabriela de Jesus e se casou com a Sra. Carolina Hipólita de Jesus, com quem teve 10 filhos. Mesmo com uma família numerosa, trabalhando e enfrentando inúmeras dificuldades financeiras, teve brilhante participação na criação de diversas instituições de cunho filantrópico destinadas a promover e divulgar idéias, preservar o patrimônio histórico, artístico e ecológico numa época em que a noção de proteção do meio ambiente ainda não era muito divulgada, e promover os elementos da cultura, as tradições e os hábitos sociais da comunidade de Alvarenga e região.

Assim, espero contar com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa Legislativa para aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.283/2009

Dispõe sobre a instalação de medição individualizada do consumo de energia elétrica nas edificações prediais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O prestador do serviço público de abastecimento de energia elétrica fará a medição individualizada do consumo nas edificações prediais residenciais, comerciais ou de uso misto, mediante requerimento do síndico ou responsável, observado o disposto nesta lei.

Art. 2º - A adaptação das instalações para a medição individualizada será de responsabilidade do requerente e obedecerá aos padrões e critérios técnicos definidos pelo prestador do serviço.

Art. 3º - A instalação de medidores individuais não dispensa a medição do consumo global, para apuração do consumo da área comum da edificação predial.

Parágrafo único - Considera-se consumo da área comum a diferença entre o consumo global de energia elétrica, aferido por medidor instalado no ramal de entrada da edificação, e a soma do consumo das unidades autônomas, para o mesmo período.

Art. 4º - O medidor individual será instalado em local de fácil acesso para leitura, manutenção e conservação.

Art. 5º - A manutenção e a conservação das instalações para a medição individualizada são de responsabilidade do requerente, competindo ao prestador do serviço a manutenção e a conservação dos medidores, bem como os procedimentos de leitura e cobrança pelos serviços prestados.

Art. 6º - Fica garantido o livre acesso do prestador do serviço aos medidores para a realização dos procedimentos comerciais e operacionais.

Art. 7º - As edificações prediais construídas a partir da data da publicação desta lei poderão prever, na planta elétrica, a instalação de medidor para a aferição do consumo global de energia elétrica e de um medidor por unidade autônoma, para aferição do consumo individual, de acordo com as disposições desta lei.

Art. 8º - O prestador do serviço público de abastecimento de energia elétrica promoverá as adequações necessárias em seu regulamento de serviço no prazo de cento e oitenta dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2009.

Sargento Rodrigues

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo alterar o sistema de cobrança pelo consumo de energia elétrica nos condomínios verticais, residenciais e comerciais, proporcionando a cada condômino a perspectiva do pagamento individualizado da energia por ele realmente consumida.

Assim como no caso da Lei nº 17.506, de 29/5/2008, a adoção das medidas propostas está em plena consonância com as normas de proteção ao consumidor, sendo certo que a Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90, coloca como princípio básico das relações consumeristas a proteção aos interesses econômicos do consumidor e a harmonização dos interesses de todos aqueles que fazem parte da cadeia de consumo.

Cabe ressaltar que a Constituição da República insere no rol dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro a garantia de que o Estado promoverá a defesa do consumidor, que constitui o objetivo desta proposta. O art. 24 daquele Diploma Legal insere as questões relativas à produção e ao consumo entre aquelas em relação às quais a competência para legislar é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Inexistindo norma federal sobre a matéria, conforme ocorre no caso em exame, remanesce para os Estados a competência residual, que é assegurada pelo disposto no art. 24, § 3º, da Constituição Federal, a seguir citado:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades".

O que se pretende, portanto, com a proposta, é corrigir injustiça na cobrança pelo uso da energia elétrica, em unidades habitacionais e comerciais. A medição global de apartamentos e unidades comerciais não se constitui na maneira mais justa e equilibrada para o consumidor, por ser a cobrança dos serviços efetuada pelo consumo médio, obtido através do volume registrado no medidor central predial do edifício, o qual é rateado pelo número de apartamentos e lojas.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio de nossos pares para a aprovação deste relevante projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.660/2009, do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de João Nunes Ferreira, Prefeito Municipal de Mamonas, ocorrido no dia 25/4/2009. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.661/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá - Aciei - pelo transcurso de seu 84º aniversário de fundação e por haver homenageado com a Medalha Didi Pereira as personalidades que menciona. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.662/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para a inserção das gestantes nos programas de inclusão produtiva. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.663/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que a Zona da Mata seja a próxima região a ser atendida com a implantação da rede de urgência e emergência.

Nº 3.664/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas à realização de estudos para avaliar os mecanismos de repasse dos recursos do Pro-Hosp às instituições contratadas a fim de se assegurar a continuidade do financiamento.

Nº 3.665/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências com vistas à revisão do valor pago pela tabela do SUS para o procedimento do parto normal.

Nº 3.666/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que o valor pago pelas neurocirurgias realizadas no Município de Barbacena seja rediscutido na Comissão de Intergestores Bipartite.

Nº 3.667/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a implantação de um CTI em Barroso.

Nº 3.668/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que sejam desenvolvidas ações para incentivar o parto normal.

Nº 3.669/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para equipar os hospitais de pequeno porte, bem como para prestar assistência nesses hospitais.

Nº 3.670/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que o credenciamento de instituições que prestam atendimento a pessoas com deficiência seja mais ágil, com vistas a ampliar o atendimento desses pacientes no Município onde residem.

Nº 3.671/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que sejam destinados mais recursos para ações de prevenção e combate ao câncer.

Nº 3.672/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que sejam desenvolvidas ações visando melhorar a qualidade do atendimento dos hospitais de pequeno porte na região de Lamim.

Nº 3.673/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas à alteração dos recursos pactuados na Programação Pactuada e Integrada - PPI - para os Municípios-sede de macrorregião, especialmente nos locais de vazios assistenciais.

Nº 3.674/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a melhoria da qualidade da assistência pré-natal, com o aperfeiçoamento dos protocolos de atendimento a serem seguidos em todo o Estado.

Nº 3.675/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a implantação, em 2009, de um Centro Viva Vida em Barbacena, e para a previsão, no PPAG, de implantação, em 2010, de um Centro Viva Vida na região Centro-Oeste do Estado.

Nº 3.676/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de providências para a ampliação do atendimento de alta e média complexidade na região do Triângulo.

Nº 3.677/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para que a implantação do sistema SUS Fácil na região do Triângulo seja reavaliada.

Nº 3.678/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a alteração da regionalização da Ação 4081 - Sistema Estadual de Transporte em Saúde - com vistas à implantação de módulo de urgência-emergência em Tupaciguara, na região do Triângulo.

Nº 3.679/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a melhoria da qualidade dos hospitais que prestam atendimento à saúde na região do Triângulo.

Nº 3.680/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade de credenciamento de serviço de hemodiálise realizado no Hospital Vale do Jequitinhonha, em Itaobim, bem como de credenciamento do Hospital Santa Edwiges, localizado no Município de Itinga, no Sistema Único de Saúde - SUS.

Nº 3.681/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a implantação de serviço de urgência traumatológico no Hospital Vale do Jequitinhonha, em Itaobim.

Nº 3.682/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a estruturação dos serviços de saúde dos Municípios vizinhos de Teófilo Ottoni.

Nº 3.683/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a realização de estudos que avaliem a necessidade da criação, em todo o Estado, de centros de referência e de casas de apoio para os transplantados.

Nº 3.684/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a ampliação da meta física da Ação 4389 - Vigilância Sanitária - para abranger a região Centro-Oeste.

Nº 3.685/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a realização de mutirões para o fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à grande demanda por esses aparelhos existente no Estado.

Nº 3.686/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para o cumprimento do disposto na Emenda à Constituição nº 29, de 2000, nos termos da Resolução nº 322, de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

Nº 3.687/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a destinação de recursos específicos para assegurar a assistência à saúde da população negra.

Nº 3.688/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para ampliação da prestação de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto pela Copasa-MG para todo o Estado, especialmente para as comunidades quilombolas.

Nº 3.689/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que sejam desenvolvidas no Programa de Saúde da Família ações voltadas à promoção da segurança alimentar.

Nº 3.690/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para realização de estudos sobre a possibilidade de implantar práticas alternativas de atenção à saúde no SUS do Estado.

Nº 3.691/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a consolidação do Sistema Estadual de Transporte em Saúde na região Norte de Minas de maneira a incluir os distritos rurais.

Nº 3.692/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a ampliação do Hospital de Januária com o objetivo de qualificá-lo para funcionar como referência na região. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 3.693/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Ouvidoria e à Corregedoria da PMMG pedido de providências para apurar denúncia de participação de policiais em ação policial ilegal, conforme as notas taquigráficas da reunião de 16/4/2009 dessa Comissão e a documentação que menciona.

Nº 3.694/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para proteger a família e as pessoas supostamente ameaçadas no Município de Nova Lima e região, conforme as notas taquigráficas e gravações que menciona.

Nº 3.695/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para a instauração de procedimento investigatório criminal e oferecimento de denúncia cabível contra André Augusto de Lima Birchal, nos termos das notas taquigráficas da reunião de 16/4/2009 dessa Comissão e da documentação que menciona. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.696/2009, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Copam pedido de providências para unificar a concessão de autorização ambiental em relação ao processo de implantação das avenidas que menciona e de loteamentos lindeiros, no Município de Itaúna, com as devidas medidas compensatórias e mitigadoras dos impactos ambientais, se for o caso; e para que, doravante, em situações análogas, o Copam trate o assunto de modo global, e não lote a lote.

Nº 3.697/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para elucidar as circunstâncias em que morreu a estudante universitária Júnia Aparecida da Silva, no Município de Ibitiré, no mês de abril.

Do Deputado Arlen Santiago e outros em que solicitam seja constituída frente parlamentar em apoio ao fim do fator previdenciário previsto no Projeto de Lei Federal nº 3.299/2008.

Da Comissão de Participação Popular em que solicita sejam realizados esforços para que o Projeto de Lei nº 1.416/2007, que cria o Conselho Estadual de Saneamento Básico - Cesb - e dá outras providências, seja aprovado com a maior rapidez possível.

- É também encaminhado à Mesa requerimento da Deputada Gláucia Brandão.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Transporte.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, e cumprimenta o Vereador Cabo Jeferson, de Passos; membros da nossa gloriosa Polícia Civil; alunos da 5ª, 6ª e 8ª séries da Escola Estadual Ana Cândida de Jesus; e demais visitantes.

Anunciamos também, com muita alegria, que hoje aniversariam os colegas Deputados Fábio Avelar e Mauri Torres, aos quais a Presidência, em nome de todos os Deputados, colegas e parceiros dos dois grandes companheiros, deseje muitas felicidades.

Oradores Inscritos

- A Deputada Rosângela Reis profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Com a palavra, a Deputada Cecília Ferramenta.

- A Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Antônio Júlio e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Delvito Alves) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.696/2009, da Comissão de Meio Ambiente, e 3.697/2009, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Segurança Pública - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 28/4/2009, dos Requerimentos nºs 3.541, 3.545, 3.593 e 3.594/2009, da Comissão de Direitos Humanos, todos com a Emenda nº 1, da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, 3.552/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 3.567/2009, do Deputado Doutor Viana, 3.568/2009, do Deputado Rômulo Veneroso, e 3.607/2009, do Deputado Célio Moreira; e de Transporte - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 28/4/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.694/2008, com a Emenda nº 1 da Comissão de Justiça, do Deputado Dimas Fabiano, e 3.107/2009, com a Emenda nº 1 da Comissão de Justiça, do Deputado Irani Barbosa, e dos Requerimentos nºs 3.548/2009, do Deputado Juninho Araújo, 3.566/2009, do Deputado Ademir Lucas, 3.569/2009, do Deputado Weliton Prado, 3.589/2009, do Deputado Doutor Viana, e 3.591/2009, da Comissão de Assuntos Municipais (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Deputada Glúcia Brandão solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.211/2009. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquive-se o projeto.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 37/2007.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Relatórios

O Sr. Presidente - Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda. Incluído em ordem do dia nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno. Em discussão, o relatório. Com a palavra, para discutir, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, solicito-lhe que determine, de plano, o encerramento da reunião, tendo em vista que não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 30, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/4/2009

Presidência do Deputado Ruy Muniz

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. José Soares Júnior - Entrega de placa - Palavras do Sr. Renato Rabello - Apresentação artística - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Fábio Avelar - Ruy Muniz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ruy Muniz) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Hospital Vera Cruz pelos 60 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Renato Rabello, Diretor-Geral do Hospital Vera Cruz; Marcos Rabello, Presidente do Conselho do Hospital Vera Cruz; Ilânio Starling, Vice-Presidente do Conselho do Hospital Vera Cruz; o Revmo. Padre Augusto Pinto, Capelão do Hospital Vera Cruz; e os Exmos. Srs. Castinaldo Bastos, Presidente do Sindicato dos Hospitais de Minas Gerais; Aloísio Andrade, representando a Associação Comercial de Minas - AC Minas -; e Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do Exmo. Sr. Manuel Maurício Gonçalves, 1º-Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral São Tarcísio, sob a regência de Márcio Henrique Alves.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Fábio Avelar

Boa-noite. Inicialmente saúdo o Deputado Ruy Muniz, que representa o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho. Quero falar da nossa satisfação, Deputado Ruy Muniz, por V. Exa. estar presidindo hoje a nossa cerimônia, V. Exa. que é médico e pessoa que tem larga experiência nessa área. Agradeço sua presença e a condução dos nossos trabalhos.

Desejo cumprimentar o Dr. Renato Rabello, Diretor-Geral do Hospital Vera Cruz; o Dr. Marcos Rabello, Presidente do Conselho da instituição; o Dr. Ilânio Starling, Vice-Presidente do Conselho da instituição; o Padre Augusto Pinto, Reverendíssimo Capelão do Hospital; o Dr. Castinaldo Bastos, Presidente do Sindicato dos Hospitais de Minas Gerais; e o Sr. Aloísio Andrade, representando a AC Minas. Quero ainda cumprimentar todos os presentes e representantes da imprensa. Também desejo saudar com muita satisfação todas as pessoas que têm ligação com o Hospital Vera Cruz, seus funcionários, e fazer referência aos assessores da Assembleia, que nos ajudaram a organizar este evento. Então, é com satisfação muito grande que estamos aqui hoje recebendo todos vocês.

Para mim, falar sobre a atividade médico-hospitalar é sempre motivo de satisfação pessoal, pois reaviva a memória do meu saudoso pai, Dr. Lindouro Avelar. Meu pai, por mais de meio século, dedicou a sua vida profissional ao exercício da medicina, atendendo principalmente à população da minha querida cidade de Lagoa Santa, em todos os seus segmentos sociais.

E, para mim, que ainda menino acompanhei os passos de meu pai em sua jornada médica, quer no consultório, quer em visita aos lares lago-santenses, sinto ser sempre meritório e justo reconhecer o trabalho daqueles que se dedicam à vida humana de forma tão próxima e decisiva.

Quero apenas abrir um parêntese neste momento. Confesso a todos os presentes que a medicina teve sempre uma presença muito grande em minha vida, pois, como disse anteriormente, meu pai, além de médico, era político. Foi político na minha terra durante cinco mandatos, e ainda não tínhamos a reeleição. Foi também uma vida inteira dedicada à política. A única estratégia que encontrei para ficar perto de meu pai era exatamente acompanhá-lo nas visitas que fazia aos diversos lares da nossa querida cidade. Tenho, assim, uma presença muito constante dessa área na minha vida.

Aproveito a oportunidade para mandar um abraço para um irmão dele que está nos assistindo neste momento, meu querido tio Néelson Avelar e, na sua pessoa, quero cumprimentar toda a nossa família. Queria também fazer uma saudação especial cumprimentando todos os médicos na pessoa de um grande amigo, que também cuida das minhas coronárias. Estou fazendo referência ao nosso querido amigo Dr. Paulo Kleber Avelar, com quem brinco no consultório dizendo que ele é meu primo rico. Obrigado pela presença, Dr. Paulo. É um prazer enorme tê-lo conosco aqui.

Por tudo isso, ao ver aprovado por quase todos os Deputados o requerimento propondo esta homenagem, fiquei sensibilizado com o apoio dos meus colegas. É bom salientar que, quando eu mencionava que se tratava de uma homenagem ao Hospital Vera Cruz, todos tinham um prazer muito grande em assinar. Só não o fizeram todos os Deputados da Casa porque às vezes é difícil encontrá-los, por motivo de viagem. Além disso, não gostamos de postergar muito o colhimento das assinaturas, pois se exige o número regimental mínimo de 26 Deputados. Mas confesso que colhemos a assinatura da quase totalidade dos 77 Deputados desta Casa, tendo em vista o respeito que todos têm pelo trabalho prestado pelo nosso Hospital Vera Cruz.

Falar do Vera Cruz é fazer referência à qualidade de atendimento, ao conhecimento científico avançado, à modernidade em tratamento de saúde, à excelência do corpo médico, às ótimas instalações e aos equipamentos de alta eficiência, além de possuir tradição e pioneirismo em cirurgias e procedimentos de reconhecida complexidade, bem como apurado controle do processo de infecção hospitalar, esse grande desafio que a área da saúde enfrenta na atualidade.

Para lembrança daqueles que participaram do percurso histórico que abrange a criação e o desenvolvimento do Vera Cruz até o atual estágio, bem como para conhecimento das gerações mais novas, é necessário mencionar e honrar sempre os nomes dos que idealizaram e deram a arrancada inicial na construção desse grande empreendimento. Refiro-me aos grandes fundadores do Hospital, os Drs. Ajax Rabello, engenheiro, e Antônio Figueiredo Starling e Sylvio Miraglia, médicos. São essas personalidades que iniciaram essa obra, sendo os representantes da primeira geração de construtores do Vera Cruz. Não é difícil imaginar as dificuldades enfrentadas por esses idealistas para a elaboração do projeto, a viabilização dos recursos financeiros necessários e o início das obras. Tudo se desenrolou num período político conturbado, pois a Segunda Guerra Mundial estava em pleno andamento e ainda não apresentava sinais de seu final, com a vitória aliada em 1945.

Em razão disso, foi prevista em projeto, e efetivada, a construção de abrigo antiaéreo no local da obra, no primeiro andar do hospital. Durante a construção, que se estendeu por seis anos - de 1943 a 1949 -, foi inabalável a fé, o entusiasmo e o empenho dos Drs. Ajax Rabello, Antônio Figueiredo Starling e Sylvio Miraglia, contagiando todos os que foram tocados por esse ideal e se envolveram na sua concretização. Uma vez inaugurada, passou a população de Belo Horizonte a contar com essa nova e aparelhada unidade hospitalar, que, desde o princípio, demonstrou permanente compromisso com a qualidade do atendimento. Esse foi o grande trabalho da primeira geração de empreendedores-fundadores do Vera Cruz, cuja contribuição para a sociedade ficará registrada na memória de todos nós.

Passaram-se os anos, o trabalho prosseguiu com o aprimoramento contínuo dos serviços. Com o suceder dos acontecimentos, veio a segunda geração de fundadores, integrada por nomes dignos de igual respeito, como os do Dr. Ilânio Starling, hoje Vice-Presidente do Conselho, e sobrinho do Dr. Antônio Figueiredo Starling, e do Dr. Sebastião Correa Rabello, filho do Dr. Ajax Rabello. Coube ao Dr. Sebastião o mérito de ter trazido para Minas Gerais, em 1953, os serviços de cirurgia cardiovascular. Os novos procedimentos cirúrgicos, aliados à contínua modernização técnica e científica, à formação de um corpo médico de crescente excelência e à aquisição de equipamentos de primeira linha, marcaram a atuação dessa segunda geração de fundadores.

A terceira geração tem à frente o Dr. Renato Rabello, cirurgião cardiovascular que ocupa a Diretoria-Geral, e o Sr. Marcos Rabello, Presidente do conselho, filhos do Dr. Sebastião Rabello. A tônica do trabalho desses novos empreendedores continua a ser a melhora constante dos serviços e a excelência do conhecimento técnico-científico visando à qualidade do atendimento à população. Acrescente-se a isso a ampliação das instalações e aquisição de novos equipamentos, a reestruturação interna e o aprimoramento geral das atividades hospitalares, inclusive as de desenvolvimento gerencial, o que conferiu ao Vera Cruz a certificação Organização Nacional de Acreditação - ONA -, nível 2, que é o reconhecimento oficial no segmento hospitalar pela excelência dos serviços. Hoje, o hospital conta com excelentes instalações e equipamentos, incluindo-se UTI adulto, ultra-som, unidades coronarianas, tomografia, 157 leitos, pronto-socorro 24 horas, centro cirúrgico, centro de estudos, refeitório e capela, entre outros.

É fundamental ressaltar que, ao longo desse tempo em que essas três gerações vêm atuando, tem sido essencial a contribuição, muitas vezes anônima, dos funcionários, equipes de enfermagem, pessoal administrativo, de serviços auxiliares e colaboradores da entidade. Sem eles seria impossível chegar a este tempo presente de realizações e de sucesso. Parabéns, portanto, a todos os funcionários e amigos do Vera Cruz.

Quero, neste momento, dirigir uma palavra de agradecimento especial à assessora de "marketing" do Vera Cruz, Rachel Rabello, também filha do Dr. Sebastião Rabello, cuja contribuição foi extremamente importante para a realização desta cerimônia.

Em decorrência do admirável histórico desse hospital modelar, pela grandeza social e científica de suas realizações, pela confiança que temos em seu futuro, parabéns ao Vera Cruz, a seus Diretores, conselheiros, funcionários e colaboradores por esses 60 anos de ótimos serviços prestados ao nosso povo. A certeza de seu futuro de crescente sucesso será sempre motivo de tranquilidade e segurança nos lares mineiros e brasileiros.

Finalmente, mais uma vez, quero deixar registrada a minha gratidão aos meus colegas Deputados que, quase por unanimidade, assinaram comigo o requerimento que deu origem a esta homenagem, que não é da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que não é minha, que não é dos demais Deputados, que é, na realidade, uma homenagem do povo mineiro aos excelentes serviços prestados por essa importante instituição. Parabéns, Vera Cruz, e muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Sr. José Soares Júnior

Sr. Presidente desta solenidade, Deputado Ruy Muniz; Dr. Renato Rabello, que representa nesta oportunidade a entidade homenageada; Sr. Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; demais componentes da Mesa; senhoras e senhores, mais uma vez sirvo-me da generosidade do Deputado Fábio Avelar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, que, na condição de autor do requerimento que motivou esta reunião, concedeu-me previamente, assim como fez o Deputado Ruy Muniz, na condição de Presidente, a oportunidade de poder manifestar desta tribuna meu apreço pela entidade objeto desta homenagem.

Digo isso porque esta é a segunda vez que uma iniciativa do ilustre parlamentar Deputado Fábio Avelar cruza minha vida. E vida é o bem que inspira e motiva toda a competente equipe desse hospital. E uma segunda chance de vida foi o que eles, capitaneados pelo competente e vocacionado Dr. Renato, proporcionaram-me, há uns quatro anos, momento em que me encontrava acometido por uma enfermidade de proporções graves.

Muitos dos detalhes, circunstâncias e situações que vivi sob aquelas condições mereceriam citação se o tempo assim me permitisse. Para que os senhores tenham idéia, há até mesmo momentos curiosos de descontração. E é claro que isso só foi possível graças à percepção que minha família e eu tivemos a partir das demonstrações de atenção, cuidado e extremo profissionalismo. E essas demonstrações foram uma constante em todas as etapas de minha passagem por essa instituição.

Portanto, minha presença aqui hoje é prova incontestável do talento e da capacidade dos profissionais altamente qualificados que integram aquele time de excelência. Minha vida foi restituída na plenitude das minhas capacidades físicas e mentais.

E, apesar da importância que a equipe teve na minha vida, fato que me esforço para tentar enaltecer, deve-se dizer que esta é apenas uma rotina no histórico do Hospital. Basta que, para isso, observemos - sem muito esforço -, quando transitarmos pela Av. Barbacena, as faixas de agradecimento às portas do referido Hospital. São inúmeras as famílias que deixam registrados ali seus eternos agradecimentos aos profissionais que promovem uma verdadeira bênção na vida de seus entes queridos. Muito obrigado a todos.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante o Deputado Ruy Muniz, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Renato Rabello, Diretor-Geral do Hospital Vera Cruz, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Tendo como maior patrimônio o ser humano, o Hospital Vera Cruz cumpre, com dedicação, ética e competência, a sua missão de cuidar de vidas. Um dos hospitais mais tradicionais de Minas Gerais, a instituição se destaca pelo excelente atendimento e pelas ações sociais e educativas que desenvolve. A homenagem da Assembleia de Minas ao Hospital Vera Cruz, no ano em que este celebra 60 anos de sucesso e de credibilidade."

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Fábio Avelar para nos acompanhar para conjuntamente fazermos a entrega da placa ao Dr. Renato.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Renato Rabello

Exmos. Srs. Deputados Fábio Avelar e Ruy Muniz; Drs. Marcos Rabello, Ilânio Starling, Castinaldo Bastos; Pe. Augusto, amigos, colegas e famílias, "É com o coração que se vê corretamente; o essencial é invisível aos olhos", uma citação do "Pequeno Príncipe". É com grande orgulho que hoje o Hospital Vera Cruz recebe esta homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Nossa história de 60 anos de serviços prestados à comunidade mineira confunde-se com a história política de nosso Estado, em que grandes homens sempre lideraram o cenário político de nossa nação. O Hospital Vera Cruz nasceu em 1949, no período pós-guerra, tomando a forma de um grande sonho de seus fundadores, Drs. Ajax Correa Rabello, Antônio Starling e Sylvio Miraglia, que naquela época vislumbraram a necessidade de expansão da rede de saúde na Capital mineira.

Fruto de grande esforço, nascia o projeto de um hospital moderno e que fosse capaz de atender as expectativas da então crescente e exigente população mineira. Construído em bases sólidas, o Hospital Vera Cruz logo se destacaria como uma instituição de ponta, agregando os melhores médicos em seu corpo clínico e já demonstrando sua característica mais marcante: o pioneirismo em procedimentos de alta complexidade, que o projetaria no cenário nacional.

O hospital realizou a primeira cirurgia cardíaca no Estado pelas mãos do Dr. Sebastião Rabello, assim como se destacou com o pioneirismo da equipe de neurocirurgia, comandada pelo Dr. Francisco Rocha, sendo também o primeiro hospital a implantar um serviço de controle de infecção hospitalar, entre tantas outras realizações.

Nesses 60 anos de história, muitas foram as pedras no caminho de um setor que sempre passou por dificuldades em nosso país, que, no entanto, sempre foram vencidas, seguindo os princípios de nossos fundadores. Ética, qualidade, competência, criatividade são fundamentos que sempre nortearam nossas decisões. Tendo como missão prestar uma assistência médico-hospitalar resolutive e humanizada, construída por pessoas motivadas e envolvidas, com alto valor para o cliente, o Hospital Vera Cruz segue seu caminho como uma das mais tradicionais e valorizadas instituições de saúde de nosso Estado.

Atualmente, estamos na terceira geração familiar no comando da empresa. Juntos, a família Rabello e Starling continuam a escrever capítulos de bravura, com muitas batalhas e muitas vitórias. Seguindo os preceitos mais modernos de governança corporativa, com um conselho de administração atuante e uma gestão profissionalizada, o Hospital Vera Cruz avança para o futuro. Enorme é a nossa responsabilidade de levar adiante esse sonho, o qual só é possível graças ao apoio e trabalho de nossos colaboradores e parceiros.

Gostaria de, em nome do Hospital Vera Cruz, agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa história tão bonita. Ao conselho de administração, no qual nossos acionistas traçam o caminho a ser percorrido; à nossa diretoria, sempre pronta a buscar os melhores resultados; ao nosso competente corpo clínico, sempre fiel aos princípios de ética e qualidade; ao nosso corpo de funcionários, sempre prontos a novos desafios com muita eficiência; aos nossos parceiros que abraçam nossa luta conosco; e aos nossos clientes que sempre depositaram sua confiança em nosso trabalho, meu muito obrigado.

Hoje o Hospital Vera Cruz é o espelho de muito trabalho e dedicação, buscando a melhora contínua de seus processos e de seus resultados. Muitas também serão as dificuldades no futuro, porém, com a mesma garra e coragem, haveremos de vencê-las. Gostaria de fazer um agradecimento especial à memória dos Drs. Sebastião Rabello e Sylvio Miraglia, cujo exemplo de competência, ética, bondade e respeito ao ser humano tanto nos influenciaram. Agradeço também em especial aos acionistas a confiança depositada em mim na direção do Hospital e aos amigos que tanto nos ajudaram nos momentos de dificuldades. Agradeço ainda a nossas famílias a compreensão e o apoio em todos os momentos dessa caminhada, perdendo nossa ausência em várias ocasiões em que a empresa precisou de nossa presença. Obrigado a todos

os amigos do Hospital Vera Cruz.

Apresentação Artística

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral São Tarcísio, que executará as músicas "Prece ao vento", de Fernando Mendes; "Quem sabe?", de Carlos Gomes; "Só você vai me fazer feliz", de Elvis Presley; e "Aleluia", de Haendel.

- Procede-se à apresentação artística.

Palavras do Sr. Presidente

Sr. Diretor-Geral do Hospital Vera Cruz, Dr. Renato Rabello; Sr. Presidente do Conselho desse Hospital, Dr. Marcos Rabello; Sr. Vice-Presidente do Conselho desse Hospital, Dr. Ilânio Starling; Reverendíssimo Capelão Pe. Augusto Pinto; Sr. Presidente do Sindicato dos Hospitais de Minas Gerais, Dr. Castinaldo Bastos; Exmo. Sr. Aloísio Andrade, representante da ACM-MG; Dr. Éltton de Freitas, nosso conterrâneo, Presidente da Unimed-BH; Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores e telespectadores da TV Assembleia, há 60 anos, no mês de abril de 1949, surgiu na Avenida Barbacena, em Belo Horizonte, o Hospital Vera Cruz, tornando realidade o ideal humanístico e cristão dos médicos Sylvio Miraglia e Antônio Starling, em parceria com o Eng. Ajax Rabello. Numa demonstração de pioneirismo e modernidade, realizou, em muito pouco tempo, a primeira cirurgia cardíaca em nosso Estado, feita pelas mãos competentes do Dr. Sebastião Rabello, pai do Dr. Renato Rabello.

Além da saúde coletiva, os descendentes de Ajax Rabello impulsionariam o desenvolvimento de Minas Gerais por meio de inúmeras realizações na construção civil, com o competentíssimo trabalho das construtoras Tratex e Servix e ainda com as decisivas atividades financeiras geridas pelo Banco Rural. Mas é, com certeza, a área hospitalar que tem correspondido à esperança de várias gerações de mineiros que vêem garantidos seu bem-estar e sua saúde no Hospital Vera Cruz.

Nestas seis décadas, toda a equipe do Vera Cruz, hoje dirigida pelo Dr. Renato Rabello, conseguiu a confiança e o respeito da população com a sua permanente atualização, sabiamente mesclada à tradição, humanizando um estabelecimento que se tornou referência mundial no controle da infecção hospitalar. Ali os cidadãos mineiros habituaram-se a encontrar profissionais dedicados à vida de seus semelhantes, trazendo aos pacientes uma melhora na sua qualidade de vida, além de conforto às suas famílias. O Vera Cruz é o grande exemplo de como a medicina, nos últimos anos, sofreu um surpreendente avanço, exibindo modernidade tecnológica na planta física, nos equipamentos, nos instrumentais, na administração, no conhecimento e na especialização de seus funcionários. Franca demonstração de que não é possível exercer a medicina sem dar valor à vida, o hospital é também modelo de competência, credibilidade social e excelência.

Assim, a Fundação Nair Vilella Rabello realiza cirurgias a preço de custo, já que os médicos doam seu trabalho a pacientes em situação de pobreza. A Fundação presta aos necessitados um atendimento solidário também na linha de saúde preventiva, beneficiando crianças, adolescentes, gestantes e idosos. Por tudo isso, a Assembleia mineira reconhece no Vera Cruz toda uma história de qualidade e engrandecimento da categoria médica. Acostumamo-nos a encontrar em seus quadros grandes vocações voltadas a um profundo respeito pela vida humana.

Ao pensarmos em profissionais de saúde tão competentes em sua cotidiana dedicação, somos levados a lembrar as palavras do médico e escritor Pedro Nava em sua posse na Academia Nacional de Medicina: "Peço que me recebam como quem tem sido médico e tem exercido a medicina na certeza absoluta das suas possibilidades de sedar a dor e retardar a morte". É dessa maneira que a Assembleia recebe e homenageia hoje essa constelação de profissionais de primeira grandeza: médicos e servidores do Hospital Vera Cruz.

Se projetarmos o futuro desse Hospital, continuaremos, em nome de todos os mineiros, confiando nos avanços da medicina para a superação das doenças e dos sofrimentos, pois temos a plena certeza de que disporemos de uma casa médica que respeita a vida humana em sua vulnerabilidade e em sua dignidade, proporcionando-nos dias melhores e minimizando nossos sofrimentos.

Registro também o agradecimento do nosso locutor, José Soares Júnior, que foi salvo pelas mãos do Dr. Renato Rabello, no Hospital Vera Cruz. Obrigado, Dr. Renato, em nome de todos os mineiros.

A medicina que traz a marca do Vera Cruz e a tradição dos seus fundadores permite-nos encarar as próximas décadas com fé e alento. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 28, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 28/4/2009.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/4/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Relatórios: Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda; requerimento do Deputado Juarez Távora; aprovação do requerimento - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.948/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.578/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva -

Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pindaça Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de relatórios.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Requerimentos nºs 3.054, 3.081 e 3.084/2008, 3.214 e 3.274/2009, apreciados na ordinária realizada hoje, à tarde.

Discussão e Votação de Relatórios

O Sr. Presidente - Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda, incluído em ordem do dia nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Juarez Távora, solicitando o adiamento da discussão do relatório. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

2ª Fase

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.948/2008 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 964/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.561/2008 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.690/2008 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.578/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 29, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 17/11/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Escritório de Advocacia De Rosa, Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados, tendo como objeto a prestação de serviços de realização de diligências de interesse da Procuradoria-Geral da Casa em Órgãos Públicos Federais sediados no Distrito Federal – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Padrão IX – Informática e Sistemas Abertos Ltda., tendo como objeto o serviço de atualizações de versões e de suporte a programas já licenciados (BRS Search, Net Answer 1.0 e VB Toolkit) – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como objeto a cessão de tempo de programação da TV Assembléia à Câmara – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Máxis Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Servidores do Legislativo de Minas Gerais – ASLEMG, tendo como objeto a locação de uma loja e dez vagas de garagem do Edifício Montesquieu – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Comunitária dos Moradores das Casas Populares do Município de Engenheiro Navarro, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto estabelecer diretrizes de cooperação entre os órgãos convenientes para o desenvolvimento de trabalhos institucionais de Políticas Públicas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – COFAL, tendo como objeto viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores da Casa, em ocorrência de interesse comum das partes – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Instituto Luiz de Azeredo Coutinho, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência em fisioterapia e em fonoaudiologia aos Deputados e ex-Deputados, a servidores e respectivos dependentes – parecer favorável à inclusão das especialidades dermatologia e psicologia, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios – CAPEMI, tendo como objeto o credenciamento de consignatária, para viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores da Conveniente, relativos a descontos de parcelas de planos previdenciários e amortizações de empréstimos – parecer favorável à rescisão amigável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Capemisa – Seguradora de Vida e Previdência S.A., tendo como objeto o credenciamento da consignatária, para viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores da Casa, relativos a descontos de parcelas de planos previdenciários, seguros de pessoas e amortizações de empréstimos – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros, tendo como objeto a doação de um microcomputador inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais – ASLEMG, tendo como objeto a viabilização da averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores da Casa em ocorrência de interesse comum das partes – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 24 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 24 de novembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 24/11/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembléia Legislativa referente ao mês de outubro de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – FUNDHAB – referente ao mês de outubro de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 31/10/2008, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.434/2008, a Mesa regulamenta o art. 6º da Resolução nº 5.310, de 21 de dezembro de 2007, que institui a Carteira de Identificação Funcional. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Jardins Comércio de Plantas Ltda., tendo como objeto a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema de irrigação automatizada do entorno do Palácio da Inconfidência, assim como serviços de jardinagem nas dependências da Casa – parecer favorável à decomposição do preço, desmembrando os valores referentes a fornecimento de materiais e à mão-de-obra – aprovado, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal – parecer, para o 2º turno, pela aprovação do projeto, na forma do vencido em 1º turno, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal – parecer, para o 2º turno, pela aprovação do projeto, na forma do vencido em 1º turno, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados

atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 1º de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 1º de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 1º/12/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.435/2008, edita o Regulamento do Sistema de Estágio Profissionalizante na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Divinópolis, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico à implantação da Escola do Legislativo Municipal - parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e Daniel de Souza Antunes, tendo como objeto a prestação de serviços de lavagem geral e revitalização de pintura em veículos automotores da frota da Assembléia - parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 089/2008, Pregão Eletrônico nº 083/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemig Celular S/A, tendo como objeto a prestação de serviço móvel celular e serviços adicionais - parecer favorável à prorrogação, pelo prazo de cento e oitenta dias ou até o término de processo licitatório para contratação de mesmo objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a mútua cooperação entre as partes para otimização do funcionamento do Posto da PMMG situado na Praça Carlos Chagas - parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a WMW Sistemas de Vídeo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, execução de projetos de instalação e remanejamento de equipamentos, consultoria técnica, suporte técnico e treinamento para utilização de equipamentos e acessórios de captação de áudio e vídeo, de cópiagem de fitas, de edição linear, de pós-produção, de distribuição e exibição de sinais de rádio e televisão e de circuito interno de televisão - parecer favorável à prorrogação emergencial pelo prazo de noventa dias, ou até que se ultime o procedimento licitatório, já em andamento, para contratação de mesmo objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tendo em vista a contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução completa para a digitalização dos processos de captura, edição, armazenamento e automação da exibição dos conteúdos de áudio e vídeo da TV Assembléia, demais especificações, conforme solicitação da Gerência de Operações. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 9 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 9 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 15/12/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembléia Legislativa referente ao mês de novembro de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Fundhab - referente ao mês de novembro de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 28/11/2008, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003; 4ª) dispõe sobre o montante a que se referem os arts. 1º e 2º da Decisão da Mesa de 9 de julho de 2007. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Imprensa Oficial, tendo como objeto o comodato de um piano, marca Yamaha, com banqueta, para uso no Teatro da Comodatária - parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Social, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Reformalar Ltda., tendo como objeto a manutenção corretiva e reforma de mobiliário - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Faxcom Comércio e Manutenção Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos de fax símile - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Lavras, tendo como objeto a cessão de tempo de programação da TV Assembléia à Câmara - parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual Dona Guidinha, do Município de Diamantina, tendo como objeto a afetação de dois microcomputadores, inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Senado Federal, tendo como objeto a participação conjunta da TV Senado e da TV Assembléia, no desenvolvimento e na colaboração das atividades jornalísticas, educativas e culturais de mútuo interesse, em especial na disponibilização de imagens e material informativo e na veiculação de programas para difusão televisiva - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Rhana Carga Internacional Ltda., tendo como objeto a prestação de assessoria consultiva, para importação direta, com isenção de impostos, de equipamentos eletrônicos - parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 087/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo

contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Petrobras Distribuidora S/A, tendo como objeto o fornecimento de combustível para veículos utilizados pela contratante – parecer favorável à revisão do preço do álcool, da gasolina e do óleo diesel, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Prefeitura Municipal de Ipaba, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 22 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 22 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 22/12/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Brisa Locadora Ltda., tendo como objeto a locação de veículos a gasolina, incluindo seguro, pelo sistema de diárias, sem motorista – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Bosco e Associados Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria técnica e elaboração de projetos de segurança e automação predial no Palácio da Inconfidência, Edifício Tiradentes e anexo da Rua Dias Adorno – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Coordenação de Orientação e Segurança, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemar Norte Leste S/A, tendo como objeto a prestação de serviço telefônico comutado – Lote 1 – parecer favorável à ampliação do objeto da subcláusula 1.1 do contrato original, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Hely Tarquínio – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Tiago Ulisses – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Megatour Transportes e Locação Ltda, tendo como objeto a prestação de serviços de locação de transporte rodoviário, com serviço de motorista, em Van, a ser utilizado em viagens na Região Metropolitana de Belo Horizonte e demais localidades no território nacional, incluindo seguro total – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Moradores do Bairro Capelinha, do Município de Ouro Fino, tendo como objeto a doação de um microcomputador inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 29 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 9/12/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) estabelece critérios para composição do Edital do Procedimento Licitatório 100/2008, Pregão 94/2008, destinado à contratação de mão-de-obra para realização de serviço de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e TV; 2ª) aprova o calendário de funcionamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 2009, ressalvadas as convocações extraordinárias e os requerimentos apresentados ao Plenário. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S/A, tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de vida para servidores da ALMG, prestamistas do Fundo de Apoio Habitacional - Fundhab – parecer favorável à prorrogação, com recomposição da taxa de seguro, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Procedata Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de manutenção, com fornecimento de peças e substituição de componentes defeituosos em três computadores da marca HP, modelo Proliant ML370 – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Construtora Mattos Baracho Ltda., tendo como objeto a reforma na entrada da garagem do andar 1S, situada na Rua Dias Adorno e no Salão Amarelo, situado no andar SE do Palácio da Inconfidência – parecer favorável à ampliação do objeto do contrato original em 6,51% (seis vírgula cinquenta e um por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Serviços Gerais, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Sempre Editora Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicação de avisos de licitação – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto estabelecer diretrizes de cooperação entre os órgãos convenientes para o desenvolvimento dos trabalhos institucionais de políticas públicas – parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Doutor Viana, Projeto de Resolução nº 2.749/2008, de autoria da Mesa da Assembléia, que aprova apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal – parecer, para o 2º turno, pela aprovação do projeto, na forma do vencido em 1º turno, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal – parecer, para o 2º turno, pela aprovação do projeto, na forma do vencido em 1º turno, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tendo em vista a contratação, pelo período de doze meses, prorrogável na forma da lei, de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e

conservação a serem executados nas dependências da ALMG, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 11 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 11 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 11/12/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.436/2008, abre crédito suplementar ao orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, utilizando como fonte recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento. Dando prosseguimento, a Mesa, através da Deliberação nº 2.437/2008, altera a Deliberação da Mesa nº 2.325, de 20 de novembro de 2002, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento de servidores ativos e inativos da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Asilo Nossa Senhora da Piedade, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Prefeitura Municipal de Alagoa, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 3/11/08, a servidora Kátia Chaves Romano, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 12 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 12 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 12/12/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar os processos remanescentes de prestação de contas de subvenção social das seguintes entidades: Associação de Deficientes de Monte Carmelo, Associação de Desenvolvimento Rural de Cardoso, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação dos Bons Amigos Guimaranenses, Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Poção Velho, Casa de Apoio Amor e Caridade - Lar da Criança, Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Cabeceira de São Joânico e Choro, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São José, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Encachoeirado, Esporte Clube Cataguases, Olympia Esporte Clube. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, o Projeto de Resolução nº 2.947/2008, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto na forma proposta, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 15 de dezembro e

encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 15 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 29/12/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Petrobrás Distribuidora S/A, tendo como objeto o fornecimento de combustível para veículos utilizados pela contratante - parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório com base no Pregão Presencial nº 01/2008, Ata de Registro de Preços nº 008/2008, da PMMG, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Thyssenkrupp Elevadores S/A, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção de plataforma de transporte vertical para portadores de necessidades especiais - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Orientação e Segurança, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Desinsetizadora e Desentupidora Real Tox Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem,

passagem e esterilização de roupas pertencentes à contratante – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Arlen Santiago – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 5 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 5 de janeiro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Saúde e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/8/2007

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da Comissão de Saúde; a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Está presente, também, o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Deiró Marra, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 898/2007, do Deputado Délio Malheiros, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas no Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Lúcia Vieira Sarapu, Coordenadora de Projetos da Secretaria de Educação; o Sr. Felipe França e a Sra. Joana Almeida dos Reis, Nutricionistas do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional da Secretaria de Saúde; o Sr. Ulysses de Oliveira Panisset, Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais; a Sra. Márcia Regina Mazalotti Teixeira, Conselheira do Conselho Regional de Nutricionistas de Minas Gerais; e o Sr. Enio Cardillo Vieira, Professor Emérito do Departamento de Bioquímica e Imunologia da UFMG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, com a participação da Sra. Terezinha Viana Brasileiro da Conceição, nutricionista; do Sr. Paulo de Tarso Mariano, Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Contagem - Comsan -, e da Sra. Joaquina Júlia Martins, Presidente do Consea, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Domingos Sávio - Gláucia Brandão - Carlos Pimenta.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/4/2009

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Adalclever Lopes e Juarez Távora, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adalclever Lopes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Inez de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Caldas, e do Sr. Fuad Noman, Secretário de Transportes (3/4/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.980/2009 (Deputado Irani Barbosa) e 2.987/2009 (Deputado Rêmolo Aloise), no 1º turno; e 3.107/2009 (Deputado Adalclever Lopes), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.528 e 3.530/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Fábio Avelar em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação do novoanel viário de contorno norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente - Juarez Távora - Célio Moreira.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2009

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do DEM) e os Deputados Chico Uejo, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Chico Uejo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer que conclui pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 2.936/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 3.140/2009 (relator: Deputado Chico Uejo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves - Gilberto Abramo - Sebastião Costa - Ronaldo Magalhães - Padre João.

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sebastião Helvécio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as dificuldades de contratação e manutenção de médicos no Programa Saúde da Família e as possíveis soluções para o problema e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Juliana Barbosa e Oliveira, Superintendente de Gestão de Pessoas e Educação e Saúde, representando Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde; Carmen Araújo Maia, Gerente de Gestão do Trabalho, Educação e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; e Sônia Gesteira de Matos, Gerente de Atenção Especializada da Secretaria Municipal de Saúde, representando Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Ruth Borges Dias, Presidente da Sociedade de Medicina da Família e Comunidade, representando José Carlos Vianna Collares Filho, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; o Sr. João Batista Gomes Soares, Presidente do Conselho Regional de Medicina; as Sras. Magali Rodrigues de Brito Araújo, Secretária Municipal de Saúde de Sarzedo, representando Antônio Carlos Figueiredo Nardis, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems -; Rosa Malena Delbone de Faria, Coordenadora da Faculdade de Ciências Médicas - Unifenas - e os Srs. Allan Cláudio Queiroz Barbosa, responsável técnico do PSF da Secretaria de Estado da Saúde, representando Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde; e Ricardo do Nascimento Rodrigues, representando Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Carlos Mosconi e Fahim Sawan, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ruy Muniz, em que solicita seja realizada audiência pública com a presença dos Vereadores que compõem a Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Belo Horizonte e de representantes do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, para apresentar e discutir os resultados do Fórum Metropolitano de Saúde, realizado em 2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Fahim Sawan - Ruy Muniz - Delvito Alves.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2009

Às 10h15min, comparece no Salão da Igreja Evangélica do Município de Riacho dos Machados o Deputado Sávio Souza Cruz, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. O Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a reabertura de uma mina de ouro desativada há 10 anos, no Município de Riacho dos Machados. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Domingas da Silva Paz, Prefeita Municipal de Riacho dos Machados; os Srs. José Santana, Deputado Federal; Carlos José dos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Riacho dos Machados; Antônio Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Cristália; Antônio Pinheiro da Cruz, Prefeito Municipal de Rio Pardo de Minas; Elpídio Ribeiro Neto, Prefeito Municipal de Serranópolis; Eli Soares Pereira, Vereador à Câmara Municipal de Francisco Sá; Sargento Renilson, Comandante da Polícia Militar de Riacho dos Machados; e Rui Souza Heinisch, Diretor de Meio Ambiente da Empresa de Mineração Riacho dos Machados, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Gustavo Valadares - Rêmoló Aloise - Tiago Ulisses.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/4/2009

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Durval Ângelo, Ruy Muniz e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre a denúncia de transporte clandestino no Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a apreciar matéria constante na pauta. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Marcelo Dumont Pires, Promotor Substituto da 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Conselheiro Lafaiete, prestando informações sobre denúncia de possíveis irregularidades e ilegalidades ocorridas no interior do presídio desse Município, em atendimento a solicitação do gabinete do Deputado Durval Ângelo; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Aécio Rabelo, Promotor de Justiça; Jairo Cruz Moreira, Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça; e Fabiano Ferreira Furlan, Coordenador da 9ª Promotoria de Justiça Militar do Ministério Público do Estado (3/4/2009); Cláudia Edna Calhau de Castro e Andrade, Delegada-Geral de Polícia Civil e Coordenadora do Núcleo de Gestão Prisional - SGPC -; Alan Carrijo Ramos, Promotor de Justiça; e Murilo Andrade de Oliveira, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Defesa Social (9/4/2009). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Willer Larry Furtado, Superintendente-Geral da Infraero no Aeroporto Internacional de Confins; Luiz Fernandes Rosa Júnior, Vereador da Câmara Municipal de Confins; Paulo Rubens Pereira Diniz, Diretor de Fiscalização do DER-MG, representando José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Rogério César de Matos, Prefeito Municipal de Lagoa Santa; Major PM Ailton Cirilo da Silva, Chefe da Seção de Trânsito e Meio Ambiente, representando o Major PM Daniel Castelo Branco Avelar, Policial Rodoviário Estadual; Cláudio Rodrigues dos Santos, Diretor-Superintendente da Coopertramo; Wesley de Almeida Alves, Diretor-Presidente da Cooperfins, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Neste instante ausenta-se da reunião o Deputado Vanderlei Miranda. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.493/2008 (relator: Deputado Ruy Muniz, em virtude de redistribuição). Retorna à reunião o Deputado Vanderlei Miranda e registra-se a presença da Deputada Maria Lúcia Mendonça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (7) em que solicita sejam realizadas reuniões para, em audiência pública, com convidados que menciona, discutir o direito à moradia, especialmente, as ocupações Dandara e Camilo Torres e, no Município de São Francisco do Glória, para discutir a denúncia de ameaças de morte a Vereadores dessa cidade; seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências com relação a ações de inteligência para coibir a suposta atuação de agentes de transporte clandestino na região do Aeroporto Internacional de Confins; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para designar

um delegado titular que atue exclusivamente em Confins; seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG e ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para apuração de denúncias de atuação de milícias armadas no Distrito de Tavares, no Município de Confins; sejam encaminhadas ao Comandante-Geral da PMMG, ao Chefe da Polícia Civil, ao CAO do Patrimônio Público, às Prefeituras de Confins e Lagoa Santa, à BHTRANS, ao DER-MG e à Infraero cópias das notas taquigráficas desta reunião; seja solicitado ao DER-MG cópia do relatório mensal da fiscalização realizada no entorno do Aeroporto Internacional de Confins; e Durval Ângelo e Paulo Guedes em que solicitam seja realizada reunião para, em audiência pública, no Município de São João das Missões, com convidados que menciona, obter esclarecimentos sobre a situação do povo indígena xacriabá e sobre a possibilidade de ter ocorrido a demarcação e a homologação incompleta das terras ocupadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/4/2009

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Domingos Sávio (substituindo este ao Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Rogério Aoki Romero, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer; e Benedito Sinval Caputo da Costa, Presidente da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (9/4/2009). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.085/2009 (relator: Deputado Carlin Moura); 3.095/2009 (relatora: Deputada Gláucia Brandão); e 3.112/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.578/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Registra-se a presença da Deputada Maria Lúcia Mendonça. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura em que solicita reunião de audiência pública para ouvir o Sr. João Carlos Bouzas Martins, Coordenador-Geral Núcleo de Esportes de Base - Nuesba - da Universidade Federal de Viçosa, para obter informações sobre projeto desenvolvido por esse Núcleo; Arlen Santigo em que solicita reunião de audiência pública para debater o desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Minas Gerais, no Município de Montes Claros, declarando-o unidade autônoma; e Dalmo Ribeiro Silva em que solicita visita ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Inconfidentes. É recebido requerimento do Deputado Durval Ângelo em que solicita reunião de audiência pública para debater fatos noticiados pela imprensa relacionados com a Federação Mineira de Futebol. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - João Leite - Carlin Moura.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/4/2009

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Juninho Araújo, Getúlio Neiva e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juninho Araújo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.817/2008 em turno único, para o qual designou como relator o Deputado Vanderlei Jangrossi. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.037/2009 (relator: Deputado Juninho Araújo), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.564/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.906 e 2.933/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Gláucia Brandão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater programas e projetos voltados à promoção da música em Minas Gerais, com convidados que menciona; e do Deputado Juninho Araújo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a legalização das rádios comunitárias no Estado, com vistas a facilitar a divulgação da cultura. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Getúlio Neiva - Lafayette de Andrada.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE JOSÉ OSVALDO GUIMARÃES LASMAR PARA DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, EM 23/4/2009

Às 9h46min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Gustavo Valadares e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado João Leite para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, verifica-se a eleição, por unanimidade, dos Deputados Vanderlei Miranda e Gustavo Valadares para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Deputado Gustavo Valadares é empossado como Vice-Presidente e, em seguida, empossa o Deputado Vanderlei Miranda como Presidente; este na oportunidade, designa o Deputado João Leite para relatar a matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2009.

Vanderlei Miranda, Presidente - Gustavo Valadares - André Quintão - João Leite.

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Domingos Sávio, Neider Moreira e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Walison Rocha de Sousa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Belém; e de candidatos aprovados em concurso da Secretaria de Fazenda para o cargo de Gestor Fazendário, em 2007, publicados no "Diário do Legislativo" de 18/4/2009. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.578/2008 no 2º turno (Deputado Lafayette Andrada); e 2.936/2009, no 1º turno (Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.578/2008 na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Lafayette Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.882/2008 (relator: Deputado Neider Moreira); e 3.096/2009 (relator: Deputado Délio Malheiros), que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Ivair Nogueira - João Leite - Neider Moreira.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, EM 24/4/2009

Às 10h15min, comparecem na Faculdade de Direito do Sul de Minas os Deputados João Leite, Durval Ângelo, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a questão da execução das penas no Estado e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, publicado no "Diário do Legislativo" de 18/4/2009. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Sérgio Franco de Oliveira Júnior, Juiz da 2ª Vara Criminal e de Execução Penal do Município de Pouso Alegre; Carlos Eduardo Pinto, Delegado Regional de Pouso Alegre; a Sra. Tereza Cristina Coutinho do Amaral Barroso, Promotora da 6ª Promotoria de Justiça e Responsável pela Execução Penal; os Srs. Carlos Abel Resende, Vice-Diretor, representando o Sr. Rafael Tadeu Simões, Diretor da Faculdade de Direito do Sul de Minas; Alexandre Martins da Costa, Diretor de Articulação de Atendimento Jurídico da Secretaria de Defesa Social; Leonardo Brocaneli Fagundes, Superintendente Regional da Subsecretaria de Administração Prisional - Suap - 6ª Risp; Rômulo Augusto Toledo Mota, Diretor-Geral do Presídio de Pouso Alegre; Cristiano Maia Luz, Defensor Público de Pouso Alegre; Toni Mariosa, Vice-Prefeito de Pouso Alegre; e Fabiano Torres Bastos, representando o Defensor Público-Geral, Belmar Azze Ramos, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Durval Ângelo e Wander Borges, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite solicitando seja convidado o Subsecretário Antidrogas, Sr. Clóvis Benevides, para prestar esclarecimentos sobre a atuação da Subsecretaria Antidrogas e a relação com a execução das penas no Estado; e Durval Ângelo solicitando que sejam convidados para participar de uma reunião da Comissão o Fórum Permanente de Execução das penas e a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, a fim de exporem a experiência de êxito na execução de penas; solicita, ainda, seja convidado o Desembargador Reinaldo Ximenes, da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2009.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/4/2009

Às 16h7min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Padre João, Weliton Prado, Eros Biondini e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o direito à moradia, especialmente, as ocupações Dandara e Camilo Torres. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Renata Gondim Costa, militante do Movimento dos Sem-Terra - MST - e coordenadora da ocupação Dandara, representando o Sr. Joaquim Martins Toledo, Dirigente do Movimento dos Sem-Terra, e os Srs. Cláudius Vinícius Leite Pereira, Diretor-Presidente da Companhia de Urbanização de Belo Horizonte - Urbel -, representando o Sr. Murilo de Campos Valadares, Secretário Municipal de Políticas Urbanas; Padre Cássio Ferreira Borges, membro do Conselho Diretor da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o Padre Ademir Ragazzi, Vigário Episcopal para Ação Social e Política na Arquidiocese da Grande Belo Horizonte; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e Coordenador do CAO-Conflitos Agrários; Joviano Gabriel Maia Mayer, Militante da Entidade Brigadas Populares; Lacerda dos Santos Amorim, Coordenador do Fórum de Moradia do Barreiro; Fábio Alves dos Santos, Professor do Serviço de Assistência Judiciária PUC Minas; Adriano Ventura, Vereador, representando Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Marcelo Ribeiro Nicolliello, Defensor Público, representando o Defensor Público-Geral, Belmar Azze Ramos, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Vanderlei Miranda - Gláucia Brandão.

ORDEM DO DIA

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembleia.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.124/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Juninho Araújo, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Meninos Israelitas - Amis -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.124/2009 visa a declarar de utilidade pública a Associação Meninos Israelitas - Amis -, com sede no Município de Ribeirão das Neves, cuja finalidade precípua é implementar ações nas áreas da educação, da cultura e da promoção social.

No cumprimento de seus propósitos, a Associação promove a defesa e a conservação dos patrimônios histórico e artístico, por meio de palestras, debates de conteúdos veiculados na mídia; oferece assistência social às pessoas carentes; combate a fome e a pobreza; ministra aos filiados cursos profissionalizantes e de aprimoramento com o intuito de inseri-los no mercado de trabalho; orienta sobre a preservação do meio ambiente. Procura, no incentivo à paz e à harmonia, a consolidação da ética, da cidadania e dos direitos humanos.

Por todo o trabalho que realiza, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.124/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.140/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Social, Cultural e Catequético São Carlos Borromeu, com sede no Município de Lagoa da Prata.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.140/2009 tem por escopo seja declarado de utilidade pública o Centro Social, Cultural e Catequético São Carlos Borromeu, com sede no Município de Lagoa da Prata, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1976, que tem por finalidade promover o desenvolvimento comunitário por meio da integração social e melhoria da sua qualidade de vida, desenvolvendo ações no campo da assistência social, educação e cultura.

A documentação anexada ao processo demonstra que essa instituição desenvolve atividades diversas, sempre com o intuito de promover condições de melhoria na qualidade de vida de seus associados e dos carentes em geral, num processo de participação concreta na consolidação da cidadania, o que constitui valiosa parceria com o poder público.

Por isso é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.140/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 468/2007

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Corrêa, o Projeto de Lei nº 468/2007, oriundo do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.026/2006, dispõe sobre a obrigatoriedade de orientações de segurança e procedimento de emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam o público em geral.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

A seguir foi examinada quanto ao mérito pela Comissão de Segurança Pública, que opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora a matéria a essa Comissão para receber parecer, conforme normas regimentais.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa obrigar os promotores de eventos públicos em geral a fornecerem ao público orientações de segurança e em casos de emergência. Constitui medida importante para a proteção e defesa da saúde humana e é um dever do Estado e direito e responsabilidade de todos garantir a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme ordena nossa Constituição Estadual, em seus arts. 2º, inciso V, e 136.

A Comissão de Constituição e Justiça nos alertou para a competência para legislar sobre a proteção e defesa da saúde, que, conforme o inciso XII, "in fine", do art. 24 da Carta Magna, é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, cabendo à União legislar sobre normas gerais.

Assim, essa Comissão verificou que já existe no ordenamento do Estado a Lei nº 14.130, de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado, e, respaldada no princípio da consolidação das normas e na técnica legislativa, introduziu a matéria objeto da proposição no texto dessa lei, ao apresentar o seu Substitutivo nº 1. Assim, o art. 6º da referida lei, que dispõe ser obrigatória a presença de responsável técnico, na forma estabelecida em regulamento pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em evento público realizado no Estado, foi acrescido de um parágrafo único estabelecendo que, antes do início de eventos que reúnam público em ambientes fechados, serão fornecidas orientações sobre os procedimentos de emergência e as normas de segurança para o local, a localização dos extintores de incêndio e das saídas de emergência, além de outras informações destinadas à prevenção de acidentes e pânico.

Tal solução nos parece a melhor encontrada e segue o mesmo entendimento das Comissões que nos precederam. Trata-se de matéria relevante e de grande alcance social, além de muito oportuna, haja vista o grande número de acidentes ocorridos no País e em nosso Estado em eventos públicos, como "shows", peças teatrais, atividades religiosas e sessões de cinema, nos quais o socorro não foi eficaz, com muitas vítimas, tendo algumas falecido.

Do ponto de vista financeiro-orçamentário não há óbice à aprovação do projeto de lei em análise, uma vez que sua implementação não representará gastos para o Estado.

Conclusão

Em face dos argumentos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 468/2007, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Zé Maia, Presidente - Juarez Távora, relator - Adelmo Carneiro Leão - Lafayette de Andrada.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 724/2007

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto em epígrafe dispõe sobre política de prevenção, diagnóstico e tratamento da hipertermia maligna. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Saúde deixou de exarar o parecer no interregno a que se refere o art. 140 do Regimento Interno, tendo sido a proposição, com fulcro nesse dispositivo, encaminhada a esta Comissão, que passa a analisá-la quanto à repercussão financeira.

Fundamentação

O projeto de lei tem por objetivo instituir política para combater a hipertermia maligna. O autor esclarece que ela é uma síndrome de origem farmacogenética, que se manifesta quando o indivíduo é submetido a um fator desencadeante, durante uma anestesia. Há um processo de

hipermetabolismo e destruição de célula muscular, consumo de grande quantidade de energia, elevação da temperatura, alterações bioquímicas e hematológicas, podendo ocorrer a morte. A Comissão de Constituição e Justiça, encontrando impropriedades na matéria, apresentou as Emendas nºs 1 a 3, que acolhemos, e concluiu favoravelmente à proposição.

No âmbito de competência desta Comissão, nos termos do art. 100, combinado com o art. 102, inciso VII, alínea "d", do Regimento Interno, qual seja analisar a repercussão financeira das proposições, entendemos, à semelhança de manifestações anteriores, que o projeto não causa impacto nos cofres públicos. A proposição estabelece diretrizes para determinada política pública. Posteriormente, ela poderá dar origem a um programa, quando haverá quantificação de metas físicas e definição de dotação orçamentária. Esse momento poderia ser entendido como o marco inicial efetivo da despesa pública, que deverá ser compatibilizada com as demais receitas e despesas, preservando o equilíbrio orçamentário. Teremos a oportunidade de fazer essa análise quando da tramitação das propostas orçamentárias. Não vislumbramos óbice à implementação da política, em especial porque as despesas dela derivadas seriam de pequena monta e poderiam ser realizadas gradualmente, de acordo com as disponibilidades.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 724/2007 com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Adelmo Carneiro Leão - Juarez Távora.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.698/2008

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Walter Tosta, o Projeto de Lei nº 2.698/2008 dispõe sobre a instalação de sinalização tátil, sonora e visual nas dependências dos bens de uso público, a fim de possibilitar acessibilidade aos deficientes visuais e auditivos.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, de sua autoria. Vem agora a proposição em tela a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno, para receber parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe objetiva tornar obrigatória a sinalização tátil, sonora e visual nas dependências dos bens de uso público, nos termos definidos pela ABNT/NBR 9.050/2004, de modo a garantir acessibilidade aos deficientes visuais e auditivos.

A proposição se enquadra no paradigma de inclusão social e de efetividade do exercício do direito de ir e vir das pessoas portadoras de deficiência, que, como lembrado pela Comissão de Constituição e Justiça, encontra fundamento na Constituição da República, no § 2º do art. 227 e no art. 244, que dispõem sobre a acessibilidade em logradouros, edifícios de uso público e veículos de transporte coletivo.

A Comissão de Constituição e Justiça entendeu que os objetivos do autor do projeto já foram atendidos com a edição da Lei nº 11.666, de 1994, que dispõe sobre a adoção, nos edifícios de uso público, das prescrições da ABNT para adequação de edifícios e mobiliário urbano às pessoas portadoras de deficiência e prevê normas específicas para a comunicação visual e sonora. A Comissão sugeriu a alteração do texto do § 2º do art. 3º da referida lei, para explicitar que, além das normas específicas para a comunicação visual e sonora, são também obrigatórias as regras da ABNT.

Deve-se ressaltar, no que se refere à sinalização tátil para deficientes visuais, que o objetivo do projeto original também se encontra plenamente atendido pela Lei nº 11.666, uma vez que esta incorpora as regras da ABNT, na qual se incluem as diversas formas de sinalização tátil, como as normas de colocação de piso tátil e direcional para sinalização de mobiliário urbano.

Em análise de mérito pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, o projeto recebeu parecer pela aprovação na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que incluiu dispositivo para alterar a redação do art. 1º da Lei nº 11.666, de 1994, de modo a evitar uma interpretação restritiva da norma, uma vez que esta faz referência a "portadores de deficiência física", quando existem múltiplas categorias de deficiências, devendo ser adotado termo mais genérico.

Do ponto de vista financeiro, entendemos pertinentes o Substitutivo nº 1 e a Emenda nº 1, uma vez que contribuem para a melhor adequação do projeto ao ambiente normativo e programático mineiro, além de aperfeiçoar legislação já em vigor. De fato, a acessibilidade insere-se num cenário normativo e programático que vem ganhando importância em nossa sociedade. Com o Decreto nº 43.926, de 2004, que regulamenta a Lei nº 11.666, de 2004, criou-se, no âmbito estadual, o Programa "Acessibilidade Minas", que se destina à adaptação dos prédios públicos. Tal programa possui um papel fundamental na garantia do acesso e na efetivação dos direitos da pessoa deficiente, tendo em vista que, apesar de ela encontrar acesso facilitado em grande parte das novas edificações privadas de uso público, como estabelecimentos comerciais e casas de espetáculos, raros são os prédios de órgãos e departamentos do poder público que possibilitam seu amplo acesso. Ao contrário, o deficiente costuma encontrar nesses prédios obstáculos intransponíveis, o que, muitas vezes, o impede de obter não apenas o acesso ao local, mas o acesso a direitos que ele ali foi buscar.

Desse modo, considerando que o substitutivo e a emenda apresentados apenas vieram a explicitar as exigências de sinalização que já eram obrigatórias nos termos da Lei nº 11.666, de 1994, e considerando a existência de recursos orçamentários destinados a adaptação e reforma de prédios públicos, entendemos que não há geração de despesas novas nem repercussão financeira imprevista para o erário. Ademais, o impacto econômico para o setor privado é mitigado, uma vez que a Lei nº 11.666, de 2004, se aplica aos projetos de arquitetura e engenharia que se encontram em elaboração ou em execução e às reformas e obras de conservação, conforme preconizam os incisos I e II do § 3º do art. 1º. As alterações propostas pelas comissões anteriores corrigem, portanto, o impacto sobre o setor privado causado pelo projeto original, visto que este não possui regras quanto ao alcance de suas disposições, o que poderia inviabilizar a continuidade de funcionamento de estabelecimentos preexistentes, que, por características como dimensão diminuta, não são imediata e plenamente adaptáveis.

Assim, entendemos que o projeto, na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1, coaduna-se com programas, ações e marcos normativos já existentes, não trazendo impactos imprevistos ao orçamento público.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2698/2008, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Zé Maia, Presidente - Juarez Távora, relator - Adelmo Carneiro Leão - Lafayette de Andrada.

Parecer para o 1º Turno do PROJETO DE LEI Nº 2.727/2008

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Deputada Ana Maria Resende, o projeto de lei em epígrafe estabelece a obrigatoriedade de as unidades de saúde do Estado afixarem, em local visível, aviso sobre o direito de crianças e adolescentes serem acompanhados por um dos pais ou responsáveis, em caso de internação.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Posteriormente, a Comissão de Saúde opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2, de sua autoria.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, VII, alínea "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em comento estabelece a obrigatoriedade da afixação de aviso nas unidades de saúde, informando sobre o direito que tem o pai, a mãe ou o responsável por criança ou adolescente de permanecer com este, em tempo integral, em caso de necessidade de internação hospitalar, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13/7/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

A autora, em sua justificativa, alega que esse direito de permanência, em geral, não é conhecido pela população carente e sem acesso a informação. Assim, pretende-se que a informação seja amplamente divulgada, possibilitando o acesso das pessoas a seus direitos fundamentais e "fortalecendo o comprometimento das instituições com a população".

A Comissão de Constituição e Justiça não encontrou óbices no âmbito de sua competência, mas apresentou o Substitutivo nº 1 com vistas a excluir o dispositivo que trata das penalidades impostas aos infratores e inserir o comando constante da proposição em apreço na Lei nº 10.501, de 17/10/91, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da criança e do adolescente e cria o Conselho Estadual.

A Comissão de Saúde, à qual compete analisar o mérito da matéria, apresentou o Substitutivo nº 2, por avaliar que não existe semelhança entre o comando em exame e os dispositivos da Lei nº 10.501, de 17/10/91, e entender que o projeto em questão situa-se melhor no ordenamento jurídico estadual ficando independente. Ademais, fez retornar o dispositivo que estabelece penalidades para os estabelecimentos que descumprirem as condições estabelecidas na proposição.

No que concerne à competência desta Comissão para proceder à análise da repercussão financeira das proposições, destaque-se que o projeto de lei, tanto em sua forma original quanto na forma dos substitutivos, não apresenta impacto financeiro ou orçamentário para o erário, pois não gera despesa para o Estado. O custo financeiro para confeccionar e afixar cartazes é irrisório, ainda mais quando se considera o benefício que advirá disto, pois se tornará possível a efetivação de um direito, muitas vezes não exercido por desconhecimento.

Entretanto, o Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Saúde, restringe a obrigatoriedade da afixação dos cartazes à rede pública de saúde, quando a competência do Estado em relação à política de saúde, no âmbito de seu território, compreende a elaboração de normas gerais aplicáveis às instituições públicas ou privadas, conveniadas ao Sistema Único de Saúde ou não. Assim, apresenta-se a Emenda nº 1, que objetiva suprimir a expressão "rede pública", ampliando a obrigatoriedade para todas as unidades de saúde do Estado.

Ademais, o Substitutivo nº 2 estabelece penalidades para o descumprimento das disposições do projeto de lei. Contudo, deve-se considerar a existência da Lei nº 13.317, de 24/9/99 - Código de Saúde do Estado de Minas Gerais -, que já determina uma ampla relação de infrações, bem como as penas a que se sujeitam os infratores. Desse modo, apresentamos a Emenda nº 2, que visa dar à penalidade prevista no Substitutivo nº 2 a forma prevista nas alíneas "a" e "m" do inciso XXXVI do art. 99 do Código de Saúde do Estado.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.727/2008 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde, com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1

Suprimam-se do "caput" do art. 1º do Substitutivo nº 2 os termos "da rede pública".

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 2º do Substitutivo nº 2 a seguinte redação:

"Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas nas alíneas "a" e "m" do inciso XXXVI do art. 99 da Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999 - Código de Saúde do Estado de Minas Gerais."

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Juarez Távora - Adélmo Carneiro Leão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 37/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 37/2007, de autoria do Deputado André Quintão, que institui a Política Estadual da Juventude no Estado de Minas Gerais e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 37/2007

Institui a Política Estadual de Juventude e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Juventude, destinada aos jovens com idade entre quinze e vinte e nove anos, nos termos do disposto nesta lei.

Art. 2º - São objetivos da Política Estadual de Juventude:

I - promover o desenvolvimento integral dos jovens nos aspectos humano, familiar, social, educacional, econômico, cultural e desportivo;

II - articular os Poderes do Estado, organizações não governamentais e a sociedade para a realização das políticas públicas de juventude;

III - fomentar a construção do diálogo e a convivência plural entre as diversas representações juvenis e entre estas e o governo estadual;

IV - zelar pela garantia dos direitos dos jovens, sem distinção de gênero, orientação sexual, raça ou etnia, sobretudo no que se refere a educação, trabalho, renda, saúde, agricultura familiar, meio ambiente, terra, ciência e tecnologia, cultura, esporte, lazer e participação política.

Art. 3º - São diretrizes da Política Estadual de Juventude:

I - a singularidade da juventude;

II - a concepção do jovem como sujeito de direitos;

III - a valorização da diversidade juvenil;

IV - o fortalecimento dos segmentos juvenis vulneráveis;

V - a adoção de políticas transversais e ações intersetoriais para a promoção integral dos direitos da juventude;

VI - a participação juvenil.

Art. 4º - São prioridades da Política Estadual de Juventude nos dez anos subsequentes à sua implementação:

I - auxiliar na erradicação do analfabetismo da população juvenil;

II - universalizar progressivamente o ensino médio público e gratuito, estabelecendo mecanismos para democratizar o acesso e a permanência;

III - auxiliar na ampliação da oferta de vagas e de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica;

IV - incentivar o empreendedorismo juvenil;

V - incentivar a participação política dos jovens;

VI - auxiliar na promoção da participação juvenil no mercado de trabalho;

VII - contribuir para a promoção de atividades preventivas na área da saúde;

VIII - auxiliar na criação de áreas de lazer e ampliar a prática desportiva;

IX - divulgar e fomentar projetos culturais produzidos por jovens;

X - incentivar a inclusão digital de forma universalizada;

XI - estimular a criação de Centros de Referência de Juventude como locais de difusão de políticas públicas;

XII - desenvolver programas de transferência de renda destinados a jovens em situação de vulnerabilidade social;

XIII - elevar a oferta de vagas nas universidades estaduais, promovendo a interiorização e estabelecendo mecanismos para democratizar o acesso e facilitar a permanência do aluno na instituição.

Art. 5º - Para o fiel cumprimento dos objetivos da Política Estadual de Juventude, cabe ao Estado, através de órgão específico para questões de juventude:

I - promover, no que tange à saúde pública, atividades relacionadas à juventude e a seus principais desafios;

II - manter diálogo permanente sobre questões relacionadas à educação básica e superior e seus desdobramentos, visando ao desenvolvimento do jovem;

III - auxiliar na realização de projetos culturais desenvolvidos por jovens, buscando garantir sua regular execução, de modo a ampliar a participação juvenil nas questões culturais;

IV - buscar a ampliação da prática esportiva entre os jovens, sempre em parceria com os órgãos específicos;

V - auxiliar na inclusão de jovens no mercado de trabalho e no aumento de sua empregabilidade e renda;

VI - fortalecer as garantias e direitos fundamentais dos jovens, sem distinção de raça, cor ou orientação sexual;

VII - desenvolver medidas adequadas à proteção do jovem índio, quilombola, afro-brasileiro, camponês ou ribeirinho, bem como do jovem com deficiência e do que vive no meio rural, de acordo com suas necessidades específicas.

Parágrafo único - A forma de realização dos objetivos da Política Estadual de Juventude será definida entre o órgão executor da política e os órgãos governamentais de cada área específica.

Art. 6º - Para a descentralização e o fortalecimento da Política Estadual de Juventude, o Estado buscará:

I - incentivar os Municípios a constituírem conselhos municipais de juventude;

II - auxiliar os Municípios na implementação de órgãos municipais específicos de juventude;

III - apoiar os Municípios na implementação de políticas de juventude.

Art. 7º - No campo da participação política, cabe ao Estado, com o auxílio do órgão gestor específico:

I - apoiar a participação dos jovens na elaboração das políticas públicas, por meio de conselhos, conferências, seminários, fóruns e debates;

II - promover a integração e a capacitação dos membros do Conselho Estadual da Juventude;

III - realizar a cada dois anos a Conferência Estadual da Juventude;

IV - estimular a participação dos estudantes do ensino médio no processo de gestão educacional;

V - facilitar a criação de entidades de representação estudantil nas escolas estaduais de nível médio, orientando a direção das escolas a oferecer espaço para as sedes dessas entidades.

Art. 8º - O Poder Executivo enviará projeto de lei reestruturando o Conselho Estadual da Juventude, visando à sua atuação em consonância com a política instituída por esta lei.

Art. 9º - O Estado, em conjunto com as organizações voltadas para as questões de juventude, procederá à avaliação periódica da Política Estadual de Juventude.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ronaldo Magalhães.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/4/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlin Moura

exonerando, a partir de 4/5/09, Ademir Oliveira Pinto do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Alan Vasconcelos Souza Bandeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Bruno Patricio Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Celina Alves Padilha Arêas do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Daniel Andrade Resende Maia do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Daniela Fabrícia Gonçalves Silva do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Evandro José da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Sheila Cristina de Jesus do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Sirlaine Rodrigues Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Jorge André Ferreira dos Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Ademir Oliveira Pinto para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Alan Vasconcelos Souza Bandeira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Bruno Patricio Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Celina Alves Padilha Arêas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Daniel Andrade Resende Maia para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Daniela Fabrícia Gonçalves Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Davidson Luiz do Nascimento para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Evandro José da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Jorge André Ferreira dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Sheila Cristina de Jesus para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

nomeando Antonio Bosco Capobianco para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Mário Márcio Zucato para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando, a partir de 4/5/09, Daniela Sans Canabrava Haddad Abjaud do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Josiane Miranda Breder para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

nomeando Eloênio José Sebastião para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gil Pereira

exonerando, a partir de 4/5/09, Denio Marcos Simões do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Denio Marcos Simões para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Sonia Aparecida Neri de Oliveira Rabelo para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Henrique

exonerando, a partir de 4/5/09, Lígia Carolina Vale Satlher de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Diana Soles de Carvalho Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Firmino Gonçalves Nascimento para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Lígia Carolina Vale Satlher de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juarez Távora

nomeando Alexandre Afonso Silva Notini para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando, a partir de 4/5/09, Ana Carolina Faria Quintão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Lêda Lott Prado do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Rogério Alves Couto do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Ana Carolina Faria Quintão para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Milton Ferreira de Oliveira Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Silma Mendes da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

exonerando, a partir de 4/5/09, Ana Paula Neves de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Elenaide Cruz do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/5/09, Helena Maria Concas Barbosa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Ana Paula Neves de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Elenaide Cruz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda

exonerando, a partir de 30/4/09, Francisco Tomazoli da Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 4/5/09, Ivair Xavier de Abreu do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando, a partir de 4/5/09, Mauricio Geraldo dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando, a partir de 4/5/09, Telma Rosária Cordoval do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Andréia Ribeiro dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Elize Maria Julio para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

nomeando Maria das Graças de Paiva Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Roberto Moreira Rodrigues Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/4/09, a servidora Marluce Guelber Moratori Nunes Coelho, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 14/5/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição, com instalação de Kit Upgrade, da central Hipath 3550 V 2.0 para V 7.0, para a interligação de ramais.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Ed. Tiradentes, onde poderá ser retirado no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 18/5/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento de combustível para aviação (querosene).

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 (dez centavos) por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.